

**ENTRE A (IN)VISIBILIDADE MIDIÁTICA E A OMISSÃO ESTATAL:
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES YANOMAMI EM RORAIMA**

**BETWEEN MEDIA (IN)VISIBILITY AND STATE OMISSION:
VIOLENCE AGAINST YANOMAMI WOMEN IN RORAIMA**

**ENTRE LA (IN)VISIBILIDAD MEDIÁTICA Y LA OMISIÓN ESTATAL:
LA VIOLENCIA CONTRA LAS MUJERES YANOMAMI EN RORAIMA**

Dennefer Costa Silva¹

Vilso Junior Santi²

Resumo: Este trabalho analisou a cobertura jornalística da violência contra mulheres Yanomami em Roraima, com foco nas repercussões midiáticas e ausências nas políticas públicas e leis sobre o tema. No Brasil, a violência contra mulheres foi recentemente reconhecida como problema de saúde pública – um processo identificado como “a virada da saúde pública para a violência contra as mulheres”. Por outro lado, em Roraima, a crise Yanomami, intensificada pelo garimpo ilegal, revelou fragilidades na resposta estatal às mulheres. O estudo examinou como os portais *GI Roraima* e *Agência Brasil* divulgaram o tema, contrastando os conteúdos e enquadramentos das políticas nacionais e da legislação vigente. A análise discursiva evidenciou que a violência contra mulheres Yanomami é tratada de forma genérica, com poucas definições claras sobre as obrigações legais do setor de saúde. E, os questionamentos da mídia foram cercados por perguntas amplas e vazias sobre a exposição à violência, sem reconhecer plenamente a questão de gênero, nem a questão étnica.

Palavras-chave: Cobertura Jornalística; Crise Yanomami; Políticas Públicas; Violência de Gênero; Mulheres.

Abstract: This study analyzed media coverage of violence against Yanomami women in Roraima, focusing on its media repercussions and the gaps in public policies and legal frameworks addressing the issue. In Brazil, violence against women was recently recognized as a public health problem—a shift referred to as “the public health turn on violence against women.” On the other hand, the Yanomami crisis, intensified by illegal mining, exposed the weaknesses of the state’s response to women in Roraima. The study examined how the news portals *GI Roraima* and *Agência Brasil* reported on the issue, contrasting the narratives and framings in national policies and current legislation. The discourse analysis showed that violence against Yanomami women is addressed in a generic manner, with little clarity about the legal obligations of the health sector. Media inquiries were surrounded by broad and vague questions about exposure to violence, without fully acknowledging either the gender dimension or the ethnic aspect.

¹ Jornalista profissional diplomada, graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR). Email: jhennyzinha18@gmail.com.

² Professor-Pesquisador no Doutorado em Rede do Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia (PGEDA), no Mestrado em Comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação (PPGCOM-UFRR) e no Curso de Graduação em Jornalismo (CCJ-UFRR). Email: vjrsanti@gmail.com.

Keywords: News Coverage; Yanomami Crisis; Public Policy; Gender-based Violence; Women.

Resumen: Este estudio analizó la cobertura periodística de la violencia contra mujeres Yanomami en Roraima, con énfasis en sus repercusiones mediáticas y en las ausencias en las políticas públicas y legislaciones sobre el tema. En Brasil, la violencia contra las mujeres fue recientemente reconocida como un problema de salud pública, en un proceso identificado como “el giro de la salud pública hacia la violencia contra las mujeres”. Por otro lado, la crisis Yanomami, agravada por la minería ilegal, reveló fragilidades en la respuesta estatal hacia las mujeres de Roraima. El estudio examinó cómo los portales *GI Roraima* y *Agência Brasil* abordaron el tema, contrastando los contenidos y enfoques presentes en las políticas nacionales y la legislación vigente. El análisis discursivo evidenció que la violencia contra las mujeres Yanomami es tratada de manera genérica, con escasa claridad sobre las obligaciones legales del sector salud. Las preguntas planteadas por los medios fueron amplias y vacías en relación con la exposición a la violencia, sin reconocer plenamente la dimensión de género ni la cuestión étnica.

Palabras clave: Cobertura Periodística; Crisis Yanomami; Políticas Públicas; Violencia de Género; Mujeres.

INTRODUÇÃO

O relato da presente pesquisa se propõe a evidenciar a repercussão do fenômeno da violência contra a mulher praticada em comunidades indígenas em Roraima. Ele centra-se análise da cobertura jornalística da violência contra mulheres Yanomami em Roraima e nas políticas e leis relativas à violência contra as mulheres, como uma questão de omissão e prioridades de Saúde Pública. No Brasil, a violência contra as mulheres foi recentemente reconhecida como um problema de saúde pública; rotulamos esta mudança como “a virada da saúde pública para a violência contra as mulheres”. O novo enquadramento implica exigências acrescidas sobre o setor da saúde brasileiro, ainda mais com calamidade pública da crise Yanomami, derivada do garimpo ilegal.

No trabalho partimos do pressuposto que a mídia tem a capacidade de reconhecer e relatar a violência, lidando com ela em termos de prevenção e intervenções. Mas, não foi exatamente isso que aconteceu no caso estudado. Nosso objetivo era descrever e discutir os principais métodos (e seus contrastes) da divulgação, nos portais *GI Roraima*³ e *Agência Brasil*⁴, dos conteúdos e características da legislação brasileira em matéria de violência e das políticas nacionais de violência contra as mulheres. Através da análise discursiva,

³ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/> . Acesso em 15 de maio de 2025.

⁴ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br> . Acesso em 15 de maio de 2025.

investigamos como a violência é descrita, o que é considerado o problema e quais soluções e intervenções são sugeridas para resolver o problema.

Aproximadamente 30.000 Yanomami vivem no maior território indígena do Brasil, que ocupa uma área semelhante à de Portugal e se estende pelos estados de Roraima e Amazonas, no extremo noroeste da Amazônia brasileira. Há também Yanomamis no sul da Venezuela. Eles obtêm seu próprio alimento através da caça, coleta, pesca e algumas colheitas em grandes jardins criados no meio da selva. A cada poucos anos, os Yanomami se mudam de um lugar para outro, permitindo que o solo se regenere (Brasil, 2023).

Porém, a desnutrição severa e doenças, especialmente a malária, estão dizimando a população Yanomami na floresta amazônica do Brasil, e em 20 de janeiro de 2023 o governo federal declarou uma emergência de saúde pública. Embora muitos no país se perguntem como as calamidades se materializaram aparentemente da noite para o dia, não foi surpresa para aqueles familiarizados com as circunstâncias em que vivem os Yanomami, que alertaram sobre sua situação por vários anos (Brasil, 2002). É neste contexto que, a partir da repercussão midiática da violência contra a mulher indígena Yanomami, que perguntamos: quais são as medidas ou políticas públicas, que passam pelo comunicativo, adotadas para que casos de violência como esses sejam evitados?

A pesquisa teve como objetivo relatar a repercussão do fenômeno da violência contra a mulher praticada em comunidades indígenas Yanomami, no âmbito do garimpo ilegal, divulgadas nos veículos de comunicação via web. Contextualizando os objetivos específicos analisamos as publicações em dois jornais web: *GI Roraima*, e *Agência Brasil*, que se relacionem à repercussão da violência contra a mulher indígena Yanomami, e como isso tem contribuído para o apagamento da voz das vítimas e das minorias étnicas.

Em seguida, passamos a refletir sobre quais leis (e políticas públicas) são aplicáveis em casos de violência contra a mulher indígena. E finalizamos percorrendo a respeito do processo de evolução dos direitos das mulheres, e como a comunicação midiática tem contribuído para essa jornada de evolução, em relação aos direitos da mulher indígena.

Para responder a indagação da pergunta problema e cumprir com os seus objetivos pensamos em estruturar a discussão de acordo com as seguintes seções: tratar do contexto da crise humanitária Yanomami e do garimpo ilegal em Roraima; citar como ocorre a comunicação na web e o webjornalismo nos portais escolhidos (*GI Roraima* e *Agência Brasil*); para depois enfatizar a relação da comunicação da violência contra a mulher com as políticas públicas e as políticas de comunicação.

A CRISE HUMANITÁRIA YANOMAMI

Conforme Constantino et.al. (2018) os Yanomami são a maior etnia relativamente isolada da América do Sul. Eles vivem nas florestas tropicais e montanhas de Roraima e Amazonas, norte do Brasil e sul da Venezuela. Hoje sua população total é de cerca de 30.000. Com mais de 9,6 milhões de hectares, o território Yanomami no Brasil tem o dobro do tamanho da Suíça. Na Venezuela, os Yanomami vivem nos 8,2 milhões de hectares do Alto Orinoco – Reserva da Biosfera Casiquiare. Juntas, essas áreas formam o maior território indígena florestal do mundo.

Conforme os dados catalogados pelo Isa (2023)⁵, os Yanomami vivem em grandes casas comunitárias circulares chamadas *Yanos* ou *Shabonos*. Alguns podem abrigar até 400 pessoas. A área central é utilizada para atividades como rituais, festas e jogos. Cada família tem sua própria lareira, onde a comida é preparada e cozida durante o dia. À noite, as redes são penduradas perto do fogo que fica aceso para manter as pessoas aquecidas.

O povo Yanomami acreditam fortemente na igualdade entre as pessoas. Cada comunidade é independente das outras e não reconhecem “chefes”. As decisões são tomadas por consenso, muitas vezes após longos debates em que todos têm voz. Como a maioria das etnias amazônicas, as tarefas são divididas entre os sexos. Os homens caçam animais como queixada, anta, veado e macaco, e muitas vezes usam o *Curare* (um extrato vegetal) para envenenar suas presas. Embora a caça represente apenas 10% da alimentação Yanomami, entre os homens é considerada a mais prestigiosa das habilidades e a carne é muito valorizada por todos. Nenhum caçador come a carne que matou. Em vez disso, ele o compartilha entre amigos e familiares. Em troca, ele receberá carne de outro caçador.

Conforme Restrepo (1993) as mulheres cuidam das hortas onde cultivam cerca de 60 produtos que representam cerca de 80% de sua alimentação. Eles também coletam nozes, mariscos e larvas de insetos. O mel silvestre é muito apreciado e os Yanomami colhem 15 tipos diferentes. Tanto homens quanto mulheres pescam, e o *Timbó* ou veneno de peixe é usado nas pescarias comunitárias. Grupos de homens, mulheres e crianças socam feixes de cipós que flutuam na água. O líquido atordoa os peixes que sobem à superfície e são recolhidos em cestos. Eles usam nove espécies de cipó apenas para intoxicação de peixes.

Os Yanomami possuem um grande conhecimento botânico e utilizam cerca de 500 plantas para alimentação, remédios, construção de casas e outros artefatos. Eles se sustentam

⁵ Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami> . Acesso em 15 de maio de 2025.

em parte caçando, coletando e pescando, mas as plantações também são cultivadas em grandes jardins derrubados da floresta. Como o solo amazônico não é muito fértil, uma nova roça é aberta a cada dois ou três anos⁶.

Os Yanomami entraram em contato pela primeira vez com forasteiros na década de 1940, quando o governo brasileiro enviou equipes para delimitar a fronteira com a Venezuela. Logo o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), como era então chamado, e grupos missionários religiosos se estabeleceram no território. Esse fluxo de pessoas levou às primeiras epidemias de sarampo e gripe nas quais muitos Yanomami morreram (Pateo, 2005).

Já no início dos anos 1970, conforme Torneau e Albert (2010), o governo militar decidiu construir uma estrada na Amazônia, ao longo da fronteira norte. Sem aviso prévio, escavadeiras passaram pela comunidade de Opiktheri. Duas aldeias foram varridas por doenças, para as quais não tinham imunidade. Desde então os Yanomami continuaram sofrendo com os impactos devastadores e duradouros da estrada que trouxe colonos, doenças e álcool. Hoje pecuaristas e colonos usam a estrada como acesso para invadir e desmatar a área Yanomami.

Durante a década de 1980, os Yanomami sofreram imensamente quando mais de 40.000 garimpeiros invadiram suas terras. Os mineiros atiraram neles, destruíram muitas aldeias e os expuseram a doenças para as quais não tinham imunidade. Quase um quarto dos Yanomami morreram em apenas sete anos. No entanto, já na década de 1990, mesmo após a demarcação, os garimpeiros retornaram à área, causando tensões. Em 1993, um grupo de garimpeiros entrou na aldeia de Haximú e assassinou 16 Yanomami, incluindo um bebê.

Conforme Albert (1996) após protestos nacionais e internacionais, um tribunal brasileiro condenou cinco mineiros por genocídio. Dois estão cumprindo penas de prisão, enquanto os outros escaparam. Este é um dos poucos casos no mundo em que um tribunal condenou pessoas por genocídio. No entanto, a invasão do garimpo nas terras Yanomami continua. A situação na Venezuela também é grave, e os Yanomami foram envenenados e expostos a ataques violentos por vários anos. As autoridades pouco fizeram para resolver esses problemas⁷.

⁶Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/informativo-do-governo-federal-reune-detalhes-sobre-a-realidade-dos-povos-indigenas-Yanomami-e-ye2019kwana> . Acesso em 15 de maio de 2025.

⁷Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/sistema-de-monitoramento-do-garimpo-ilegal-na-ti-Yanomami-relatorio-do-primeiro> . Acesso em 20 de maio de 2025.

Como bem lembra Albert (1992), depois de uma longa campanha internacional liderada por Davi Kopenawa Yanomami, *Survival Internacional* e Comissão Pró-Yanomami (CCPY), a Terra Indígena Yanomami, no Brasil, foi finalmente demarcada como “Parque Yanomami” em 1992 e os garimpeiros expulsos. Os povos indígenas no Brasil ainda não têm direitos de propriedade sobre suas terras – o governo se recusa a reconhecer a propriedade da terra tribal, apesar de ter assinado a Lei Internacional (Convenção 169 da OIT) garantindo isso⁸. Além disso, muitas figuras dentro do establishment brasileiro gostariam de ver a área Yanomami reduzida em tamanho e aberta para mineração, pecuária e colonização.

Até o advento do mal-fadado governo Bolsonaro em 2019, parecia ter havido um refluxo das invasões na Terra Yanomami. Mas as invasões nunca cessaram, até a reconhecida crise humanitária de 2023. Conforme apontam os dados a situação só foi possível devido à omissão intencional do ex-presidente Jair Bolsonaro, que deixou o cargo em 31 de dezembro de 2022. Bolsonaro via os Yanomami como um obstáculo à exploração da região e tentou durante anos revogar a demarcação do território originário no Congresso Nacional.

Os dados das equipes de saúde, ligadas ao Distrito Sanitário Yanomami, as informações das organizações indígenas, ou da própria Funai e de outros pesquisadores (antropólogos, ambientalistas, indigenistas, missionários e missionárias) apontavam e denunciavam que os Yanomami eram vítimas contínuas dos garimpeiros⁹. Ou seja, nesse tempo, o Estado e suas forças de segurança, nunca priorizaram ações e medidas de proteção, fiscalização dos territórios e das vidas, muito menos agiram no sentido de promover a responsabilização dos criminosos garimpeiros, dos empresários e das empresas que patrocinam e executam os negócios sujos do ouro, extraído, de forma criminosa, das terras da União.

As invasões, neste ambiente, voltaram a ser massivas, não somente em Roraima, mas em todas as regiões da Amazônia. Eis, portanto, o genocídio contínuo, cantado em prosa e verso entre milicos e políticos das bases de sustentação do ex-presidente Bolsonaro.

Mais recentemente, em janeiro de 2023, uma onda de indignação varreu o Brasil depois que fotos e filmagens de pacientes famintos Yanomami foram divulgadas. Tal situação levou o recém-empossado presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva e sua equipe a voar

⁸ É importante esclarecer que as Terras Indígenas são bens da União, destinados ao usufruto exclusivo dos povos indígenas – previsão nos artigos 231 e 20, XI, da CF/1988.

⁹ Dados do SIASI, acessados via Lei de Acesso à Informação.

para o estado de Roraima, sede da reserva Yanomami, para prestar assistência e montar um plano para novamente expulsar garimpeiros ilegais do território¹⁰.

O governo Lula, desde logo, adotou como prioridade a defesa dos Yanomami, desenvolvendo ações para combater a desnutrição e atuando no sentido de reestruturar a assistência em saúde naquele território. Mas faltam, ainda, os anúncios de medidas administrativas, políticas e jurídicas que busquem enfrentar os males do garimpo, dos garimpeiros e dos empresários, todos criminosos, que agem como tentáculos do projeto genocida.

A mudança de governo trouxe uma nova esperança para a crise dos povos indígenas. Até o momento, o governo Lula tem sinalizado o compromisso de reverter a situação precária que se instalou no governo passado. A criação do Ministério dos Povos Indígenas e a nomeação de Sônia Guajajara, uma liderança renomada no país, são marcos históricos e mostram que o presidente está empenhado em respeitar os direitos dos Povos Indígenas e comunidades tradicionais no Brasil.

Porém, além da emergência médica declarada pelo Governo para atuar na crise do povo Yanomami, mudanças devem ser feitas em nível sistêmico para remover os 20 mil garimpeiros ilegais que tomaram a terra Yanomami e outras terras indígenas e evitar mais destruição em seus territórios¹¹. Somente com uma combinação de políticas protecionistas teremos chance de constituir uma nova ordem capaz de respeitar e conviver com a floresta e garantir os direitos fundamentais dos mais de 28 milhões de brasileiros que habitam a Amazônia.

A crise enfrentada pelas comunidades Yanomami na Amazônia, incluindo questões como invasão de territórios por garimpeiros ilegais, violência e ameaças à sua cultura e modo de vida, tem recebido atenção considerável da mídia nacional e internacional. A repercussão midiática, no entanto, varia em termos de extensão e profundidade da cobertura.

É importante observar também que a cobertura midiática pode variar ao longo do tempo, com eventos específicos ou desenvolvimentos recentes muitas vezes impulsionando a atenção da mídia. A pressão da mídia e da opinião pública pode, por sua vez, influenciar as políticas do governo e as respostas às questões enfrentadas pelas comunidades. No caso das

¹⁰Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/sistema-de-monitoramento-do-garimpo-ilegal-na-ti-Yanomami-relatorio-do-primeiro> . Acesso em 20 de maio de 2025.

¹¹Disponível em: <https://glamour.globo.com/lifestyle/politica-direitos/noticia/2023/02/Yanomami-entenda-o-que-esta-acontecendo-com-os-povos-indigenas.ghtml> . Acesso em 13 de maio de 2025.

mulheres Yanomami a cobertura midiática parece desempenhar um papel fundamental na defesa dos direitos e na proteção dessas comunidades, de suas vidas e de seus territórios.

COMUNICAÇÃO NA/ PARA WEB

As denúncias sistemáticas realizadas pelas Associações Yanomami – envolvendo a morte evitável de ao menos 570 crianças, os relatos de coação por parte de garimpeiros e a gravidez de cerca de 30 adolescentes vítimas de estupro na Terra Indígena – não foram suficientes para mobilizar a atenção pública¹². Paradoxalmente, somente as imagens de crianças e adultos em estado de desnutrição severa conseguiram romper a bolha informacional e gerar a repercussão midiática há muito necessária. Porém, a crise de 2023 trata-se de uma tragédia humanitária que, embora tenha causado surpresa em muitos setores da sociedade, vem sendo denunciada há anos.

Diante desse cenário, impõe-se uma pergunta ética ao jornalismo: por que essas denúncias levaram tanto tempo para alcançar o engajamento necessário por parte da mídia? Teria sido possível que o jornalismo denunciasse essa tragédia de forma mais incisiva?

Nesse período os Yanomami chegaram a ganhar algum espaço na grande mídia, principalmente pela atuação de profissionais como a jornalista Sônia Bridi. Mas, o que se destaca aí foi a cobertura realizada, sobretudo, por veículos independentes, de menor alcance, como a Pública¹³, a Amazônia Real¹⁴, o Amazoom¹⁵ e a Sumaúma¹⁶, que não tiveram o devido reconhecimento pelo trabalho realizado.

Nos parece, em linhas gerais que, o jornalismo, principalmente àquele realizado pela mídia hegemônica, precisa rever seus critérios de noticiabilidade (que são baseados em ineditismo e atualidade). Essa lógica desmobiliza a sociedade para debates importantes, que quando são finalmente visibilizados, pode ser tarde demais. Nesse contexto é impossível não fazermos um paralelo entre a tragédia Yanomami e as mortes por falta de oxigênio em Manaus, no auge da pandemia de Covid-19, em janeiro de 2021. Ambas as denúncias demoraram a vingar, sendo evidente o descaso da cobertura com a região Amazônica.

¹²Disponível

em:

<https://www.redeamazoom.org/post/sos-Yanomami-570-crianças-indigenas-morreram-nos-últimos-4-anos-por-doenças-que-têm-tratamento> . Acesso em 13 de maio de 2025.

¹³ Disponível em: <https://apublica.org> . Acesso em 30 de maio de 2025.

¹⁴ Disponível em: <https://amazoniareal.com.br> . Acesso em 30 de maio de 2025.

¹⁵ Disponível em: <https://www.redeamazoom.org> . Acesso em 30 de maio de 2025.

¹⁶ Disponível em: <https://sumauma.com> . Acesso em 30 de maio de 2025.

Júnior Hekurari Yanomami (2023), coordenador do Conselho Distrital de Saúde Indígena do seu povo e presidente da *Urihi* Associação Yanomami, não desmerece o apoio que já teve, tanto da imprensa local, quanto da nacional e internacional. Para ele, o grande problema foi o Governo Federal. “O governo não quis ajudar”, disse ele. Já Ingrid Sateré-Mawé (2023), assessora especial da “Bancada do Cocar” lembra que a crise não foi abraçada de forma eficiente pela chamada “grande mídia”. “As denúncias foram mais pelos nossos meios de comunicação enquanto povos indígenas. O jornalismo só repercutiu o caso com a mudança no cenário político, quando o presidente Lula foi eleito, Sonia Guajajara foi indicada para ser ministra dos Povos Indígenas e quando Joenia Wapichana se tornou presidente da Funai”¹⁷.

O jornalista Tarisson Nawa (2023) alerta, no entanto, para o erro básico da grande mídia que tratou a situação dos Yanomami como mais uma violência em meio a tantas já sofridas pelos povos indígenas. “A mídia precisa deixar de nos tratar como ‘os Eles’, ‘os distantes’. Nós, povos indígenas, apesar da diferença, apesar das demandas específicas, temos que ter a nossa demanda considerada como algo próximo da realidade da população brasileira”¹⁸.

Curi (2023) observa que a grande mídia atua como porta-voz do mercado, o qual frequentemente explora os territórios com consequências desastrosas e, por vezes, irreversíveis. Segundo ele, as corporações midiáticas hegemônicas continuam a produzir e reproduzir discursos marcados por colonialismo e violência simbólica desde sua origem. Nesse contexto, o genocídio dos Yanomami representa a aniquilação sistemática de vidas que não se enquadram na lógica capitalista de acumulação. Para Curi (2023), por estar estruturalmente alinhada aos interesses do capital, a grande mídia dificilmente vai abordar esses acontecimentos de forma direta, transparente e crítica. E, a cobertura jornalística do genocídio Yanomami só ocorreu, segundo ele, não por ruptura editorial, mas porque a tragédia tornou-se impossível de ocultar¹⁹.

¹⁷Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-jornalismo-brasileiro-e-responsabilidade-pela-tragédia-Yanomami>. Acesso em 30 de maio de 2025.

¹⁸Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-jornalismo-brasileiro-e-responsabilidade-pela-tragédia-Yanomami>. Acesso em 30 de maio de 2025.

¹⁹Disponível em: <https://ijnet.org/pt-br/story/o-jornalismo-brasileiro-e-responsabilidade-pela-tragédia-Yanomami>. Acesso em 15 de maio de 2025.

Conforme Ferreira (2012) comunicação e jornalismo estão relacionados, pois o jornalista deve analisar, organizar, dar tratamento adequado à informação para escrevê-la, transformá-la em trabalho e, por fim, comunicá-la. Essas informações podem corresponder a eventos que ocorreram há muito tempo, são atuais ou estão prestes a ocorrer. Segundo ele, o jornalismo, em síntese, é uma atividade profissional que, em termos gerais, consiste na obtenção, tratamento, interpretação, redação e divulgação de informação, através dos meios de comunicação. Seu objetivo seria então fornecer aos cidadãos informações precisas e oportunas.

Já de acordo com Alves (2006) o jornalismo digital ou ciberjornalismo é o resultado da união dos recursos de diferentes meios de comunicação em uma única plataforma que é a Internet. Este tipo de jornalismo utiliza todos os recursos que a tecnologia coloca à sua disposição para desenvolver constantemente notícias com informações atualizadas. Para o autor este jornalismo usa o mundo digital para conceber, investigar, produzir e gerar conteúdo todos os dias. Isso não é limitante, pois existem muito mais recursos para o desenvolvimento do webjornalismo.

ANÁLISE DA COBERTURA

Na análise desta pesquisa, buscamos avaliar as matérias relacionadas a crise Yanomami nas vertentes dos jornais locais com o *GI Roraima*²⁰ e no âmbito nacional com a *Agência Brasil*²¹. Para obter os resultados e respostas acerca da problematização aqui apresentada realizamos uma pesquisa de natureza básica, pois esta é uma pesquisa focada na melhoria das concepções já existentes; com abordagem qualitativa, pois se preocupa com o nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalhamos com um universo de significados, de motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes (Minayo, 2014).

Trata-se também de uma pesquisa exploratória, feita com um levantamento bibliográfico (Bonin, 2008) e posterior análise de conteúdo (Bardin, 2016). Para tanto, foram estudadas principalmente fontes secundárias, como as reportagens jornalísticas selecionados das bases do *GI Roraima*²² e da *Agência Brasil*²³.

²⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/>. Acesso em 15 de maio de 2025.

²¹ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em 15 de maio de 2025.

²² Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/g1-rr-10-anos/noticia/2023/03/31/rede-amazonica-celebra-10-anos-do-g1-roraima.ghtml>. Acesso em 30 de maio de 2025.

²³ Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/>. Acesso em 30 de maio de 2025.

O *G1 Roraima* em sua primeira década de atuação documentou a história de Roraima com milhares de reportagens sobre os fatos importantes no estado, e com recursos abrangentes e dinâmicos: texto, vídeo, fotos, áudios, infográficos – tudo em um único lugar. Consolidado como o maior portal de notícias do estado e líder em audiência no segmento, o *G1 Roraima* cobriu os principais fatos locais nos últimos anos 24 horas por dia.

Já *Agência Brasil* fornece notícias em tempo real de forma gratuita e ilimitada. Seus serviços dão livre acesso ao conteúdo jornalístico disponibilizado para qualquer cidadão. O material ofertado serve de fonte de informação para sites, jornais regionais e de cidades do interior do Brasil, bem como para a mídia internacional. A reprodução é permitida, desde que a *Agência Brasil* seja citada nos créditos do conteúdo. Seu material é aproveitado integralmente e on-line por importantes portais de notícias que adotam sistema de captura automática das matérias em razão da confiabilidade no trabalho jornalístico ofertado na página.

Quanto à amostra, as reportagens foram selecionadas a partir da variável de interesse, totalizando 09 matérias (Ver *Tabela 1*). A seleção foi realizada a partir da leitura criteriosa do material encontrado nas bases de dados, sendo selecionada apenas àquelas que atendia aos critérios de inclusão definidos neste estudo. Foram incluídas apenas as publicações que responderam à questão do estudo, publicadas no período de 2020 a 2023 no idioma português. Como critérios de inclusão temos os indicadores textuais: Yanomami; Mulheres; Violência; e Mídia. Como critérios de exclusão foram excluídas as produções que não se encaixavam como objetivo para encontrar a solução do problema da pesquisa.

A análise do material evidenciou que, entre todos os atores mencionados nas coberturas jornalísticas, são os povos indígenas os que mais acumulam perdas e danos decorrentes da exploração ilegal do garimpo. No interior desse grupo, as mulheres – especialmente aquelas com filhos pequenos – figuram como as principais vítimas das múltiplas formas de violência presentes no território.

Tabela 01 – Reportagens selecionadas para o corpus de análise da pesquisa.

Reportagem	Título	Plataforma
Reportagem 1	Morre Yanomami mãe de criança com desnutrição grave fotografada em hospital ²⁴	G1-RR

²⁴Disponível em: <https://g1.globo.com/tr/roraima/noticia/2023/01/28/morre-em-hospital-yanomami-mae-de-criancas-internadas-e-conselho-de-saude-relata-novos-obitos-na-terra-indigena.ghml>. Acesso em 15 de maio de 2025.

Reportagem 2	Indígenas Yanomami mostram impactos sociais graves do garimpo ilegal²⁵	Agência Brasil
Reportagem 3	Denúncias apontam 30 casos de jovens Yanomami grávidas de garimpeiros²⁶	Agência Brasil
Reportagem 4	Organização denuncia invasão em área de indígenas isolados²⁷	Agência Brasil
Reportagem 5	Em quatro anos, 535 indígenas tiraram a própria vida²⁸	Agência Brasil
Reportagem 6	Emergência na terra Yanomami só pode terminar com política perene²⁹	Agência Brasil
Reportagem 7	Mulher é encontrada morta em área de garimpo e Terra Yanomami registra 14a morte violenta em uma semana³⁰	G1-RR
Reportagem 8	O Assunto #700: Violência contra os Yanomami – o pior momento³¹	G1-RR
Reportagem 9	PF deflagra operação contra suspeitos de exploração sexual de meninas e mulheres na Terra Yanomami³²	G1-RR

Fonte: Elaboração própria.

Essa constatação dialoga com a compreensão internacional da violência contra as mulheres como um grave problema de saúde pública global, cujos impactos ultrapassam o sofrimento individual, atingindo também seus filhos e gerando elevados custos sociais. Estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS) indicam que uma em cada três mulheres, a partir dos 15 anos de idade, sofre violência física e/ou sexual ao longo da vida. Diante desse cenário, a OMS ressalta a necessidade de ampliar o papel do setor da saúde na prevenção, acolhimento e enfrentamento das violências de gênero – uma urgência que se torna ainda mais crítica em contextos marcados por vulnerabilidade étnico-territorial, como o das mulheres Yanomami (Restrepo, 1993).

²⁵Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-02/indigenas-yanomami-descrevem-impactos-do-garimpo-na-saude-e-na-cultura>. Acesso em 15 de maio de 2025.

²⁶Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2023-02/denuncias-apontam-30-casos-de-jovens-yanomami-gravidas-de-garimpeiros>. Acesso 14 de maio de 2025.

²⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-11/organizacao-yanomami-denuncia-invasao-em-area-de-indigenas-isolados>. Acesso em 14 de maio de 2025.

²⁸Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2023-07/em-quatro-anos-535-indigenas-tiraram-propria-vida>. Acesso em 14 de maio de 2025.

²⁹Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-05/emergencia-na-terra-yanomami-so-pode-terminar-com-politica-perene>. Acesso em 14 de maio de 2025.

³⁰Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/05/06/mulher-e-encontrada-morta-em-regiao-de-assassinatos-de-indigena-e-garimpeiros-na-terra-yanomami.ghtml>. Acesso em 14 de maio de 2025.

³¹Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o-assunto/noticia/2022/05/06/o-assunto-700-violencia-contra-os-yanomami-o-pior-momento.ghtml>. Acesso em 14 de maio de 2025.

³²Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/03/18/pf-deflagra-operacao-contra-suspeitos-de-exploracao-sexual-de-meninas-e-mulheres-na-terra-yanomami.ghtml>. Acesso em 14 de maio de 2025.

Na Terra Indígena Yanomami, as zonas de exploração do garimpo ilegal são informalmente divididas entre “donos”, conhecidos por apelidos que circulam nos territórios. Um desses “patrões”, identificado como “Dona Íris”, esteve envolvido em episódios de extrema violência no ano de 2021. Naquele período, homens encapuzados associados a seu grupo abriram fogo em diferentes ocasiões contra moradores das comunidades do Palimiu. Segundo os próprios Yanomami, desde 2019 já era perceptível uma mudança no comportamento dos garimpeiros, cada vez mais agressivo e invasivo. Há relatos de invasões de residências por garimpeiros embriagados, assédio sexual contra mulheres e ameaças de extermínio proferidas durante encontros nos rios: “Vamos acabar com os Yanomami”, diziam.

Além da violência armada, o aliciamento sexual tem sido utilizado como estratégia para facilitar a entrada e a permanência dos garimpeiros em território indígena. Em Boa Vista, capital de Roraima, há relatos de que garimpeiros oferecem perfumes, roupas, bebidas alcoólicas e até ouro para abusar sexualmente de meninas e mulheres Yanomami. “Aquele moço que você levou consigo é sua irmã? Se você fizer ela deitar comigo, sendo que você é o irmão mais velho dela, eu vou pagar 5 gramas de ouro”, narrou um Yanomami ao relatar uma proposta de aliciamento.

O aliciamento se articula como um dispositivo de cooptação local, ancorado em promessas de benefícios materiais como cestas básicas, motores de embarcação e participação nos lucros da extração de ouro. A violência sexual, nesse contexto, configura-se não apenas como uma violação de direitos individuais, mas como uma ferramenta sistemática de ocupação e domínio. Enquanto os mais velhos tendem a resistir a essas ofertas, os jovens aparecem como alvos preferenciais das abordagens, muitas vezes realizadas em comércios ou até em postos de saúde.

Mauricio Yekuana (2023), liderança indígena e diretor da Hutukara Associação Yanomami, alertou para o papel da disseminação do álcool e de outras drogas nos territórios, apontando essa prática como uma estratégia antiga de colonização. Segundo ele, o uso dessas substâncias atua como mecanismo de controle e submissão dos povos indígenas, facilitando o acesso aos territórios e a perpetração de crimes por invasores externos.

A transmissão de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) aparece recorrentemente nos relatos sobre a violência enfrentada pelas mulheres Yanomami, configurando-se como um dos impactos diretos da presença garimpeira nos territórios indígenas. Um depoimento coletado por uma pesquisadora em outra região da Terra Indígena Yanomami evidencia essa percepção: “Anteriormente, as mulheres Yanomami não tinham a

doença do abdômen. De fato, os homens tampouco estavam doentes, por isso as pessoas estavam com saúde. Portanto, nós Yanomami não conhecíamos essas doenças *warasi* que deixam lesões.”

A gravidade da violência sexual se expressa de forma ainda mais contundente no caso da Comunidade de Aracaçá, onde uma menina de 12 anos teria sido estuprada e morta por garimpeiros, fato que levou ao abandono da localidade por seus habitantes. Investigações da Polícia Federal revelaram a existência de esquemas criminosos estruturados, que envolvem o aliciamento e o envio de mulheres e adolescentes para exploração sexual em áreas de garimpo, frequentemente sob falsas promessas e estratégias de engano.

O avanço do garimpo ilegal, portanto, está articulado a uma escalada de criminalidade nas terras Yanomami. De acordo com Mauricio Yekuana (2023), o *modus operandi* dessas ações inclui a atuação de facções criminosas fortemente armadas, o aliciamento de jovens por meio de bebidas alcoólicas e drogas, e o sistemático abuso sexual de meninas e adolescentes. “O garimpo não tem lei”, resume Mauricio, sintetizando a lógica de violência e impunidade que marca a ocupação dos territórios indígenas por interesses ilegais.

A violência contra as mulheres Yanomami configura então uma grave violação dos direitos humanos. Nos últimos anos, as obrigações legais do Estado brasileiro nesse campo se intensificaram, sobretudo após a ratificação de tratados internacionais, juridicamente vinculantes, voltados à prevenção e ao combate à violência de gênero. Por isso partimos do pressuposto de que a retórica oficial nos campos da saúde pública, da igualdade de gênero e do direito deveria exercer um papel fundamental na construção das respostas institucionais voltadas às mulheres em situação de violência e que são noticiadas pela mídia.

No entanto, com base na uma análise de conteúdo das reportagens aqui acionadas fica evidente como as políticas públicas e os marcos legais que tratam da violência contra as mulheres Yanomami são moldados por discursos concorrentes – muitas vezes contraditórios – sobre as causas do problema e as possíveis estratégias de enfrentamento. Tais disputas discursivas influenciam diretamente a forma como o problema é compreendido e quais soluções são priorizadas ou negligenciadas pelas instâncias de poder.

A análise das coberturas jornalísticas do *GI Roraima* e da *Agência Pública* permitiu observar como a violência e a saúde pública são enquadradas e ressignificadas no discurso midiático. Constatamos que há implicações importantes na forma como o problema é nomeado: enquadrar a situação apenas como “violência” – sem relacioná-la explicitamente à

perspectiva étnica ou de gênero – compromete a compreensão da sua magnitude, obscurecendo quem são os perpetradores e quem são as vítimas.

Portanto, a violência contra as mulheres Yanomami representa, ao mesmo tempo, um grave problema de saúde pública, um desafio de reconhecimento político no cenário internacional e uma questão social urgente. Essa condição demanda ações preventivas consistentes por parte do Estado e da sociedade – tarefa na qual a mídia pode desempenhar um papel estratégico. No entanto, os resultados da análise indicam que o problema é frequentemente tratado de forma genérica, com escassez de informações concretas sobre as intervenções necessárias.

Embora algumas reportagens priorizem a importância da atuação preventiva da mídia na identificação de situações de violência, não é apresentado com clareza como tal atuação deve ser implementada, revelando um discurso impreciso e ambíguo. Assim, constatamos que as soluções e intervenções propostas nas reportagens sobre a situação nas áreas Yanomami são formuladas de maneira bastante vaga. As recomendações apresentadas carecem de elementos substantivos que indiquem como uma abordagem de saúde pública deve ser efetivamente integrada às práticas de cuidado.

Há, contudo, uma exceção recorrente: a ênfase na chamada “ousadia de perguntar” sobre a violência. A realização de inquéritos de rotina voltados a grupos específicos de pacientes – especialmente mulheres – aparece como a principal prática preventiva mencionada nas reportagens analisadas. No entanto, mesmo essa recomendação é apresentada sem detalhamento metodológico ou discussão crítica sobre sua efetividade e seus limites, permanecendo, portanto, no plano da sugestão genérica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Yamaki ni ohotai xoa! – “nós ainda estamos sofrendo”, em tradução livre do Yanomami – é a expressão que utilizamos para enfatizar que, mesmo após a força-tarefa promovida pelo Governo Federal na Terra Yanomami, ainda em 2025 persistem obstáculos estruturais e históricos que comprometem a efetividade da assistência. A análise da conjuntura atual, à luz das tragédias vividas em décadas anteriores, revela um padrão contínuo de abandono, violação de direitos e extermínio, que se repete com a conivência – ativa ou silenciosa – de parcelas significativas da sociedade brasileira.

O desafio é agravado pelas incompreensões e desencontros entre diferentes concepções de saúde, doença e morte, que se expressam nas divergências cosmológicas entre os sujeitos envolvidos: de um lado, os profissionais e instituições do sistema biomédico ocidental; de outro, os povos indígenas e suas epistemologias próprias. Essa relação exige não apenas escuta e respeito, mas também processos contínuos de tradução intercultural.

Conforme Ribeiro (1956) a atenção à saúde de povos indígenas recém-contatados é especialmente sensível, devido ao risco de choques epidemiológicos decorrentes da exposição a agentes infecciosos contra os quais essas populações ainda não possuem defesas imunológicas adequadas. Em muitos casos, esse risco é intensificado pela degradação das condições sanitárias provocada pelas pressões sobre os territórios tradicionais, como o avanço do garimpo ilegal e outras formas de invasão e violência.

Postulamos assim, conforme Viveiros de Casto (2006) que a proteção do povo Yanomami precisa ser assegurada de forma definitiva, aproximando-se daquilo que seria um “equívoco controlado”, por meio do cumprimento rigoroso da legislação e da implementação de políticas públicas alinhadas, eficazes e permanentes. A fiscalização dos territórios indígenas também deve constituir uma ação de Estado – estruturada, contínua e respaldada – com o objetivo de impedir a entrada de invasores de qualquer natureza.

Além disso, é fundamental investigar e responsabilizar os setores econômicos que financiam e se beneficiam das atividades ilícitas nos territórios indígenas, rompendo com a impunidade que sustenta essas práticas. Para reverter o processo histórico de violação de direitos, torna-se urgente enfrentar, com firmeza, os discursos preconceituosos e racistas que ainda persistem sobre os povos indígenas. É necessário, também, fomentar atividades econômicas sustentáveis. Somente assim será possível romper com o ciclo de discriminação, violência e abandono que historicamente marca a relação do Estado brasileiro com seus povos originários.

A violência contra as mulheres Yanomami tem sido cada vez mais reconhecida como um problema de saúde pública. No entanto, observamos nas coberturas uma ausência de referências explícitas à expressão “violência contra os povos e princípios indígenas”, o que, em nossa interpretação, revela uma abordagem cautelosa por parte da imprensa diante das especificidades culturais e políticas envolvidas.

De modo geral, a cobertura jornalística analisada enquadra a violência contra as mulheres Yanomami como um problema comum, vinculado a falhas na prestação de cuidados, mas sem explicitar com clareza a natureza do problema ou as responsabilidades legais do

setor de saúde. O reconhecimento da situação como uma emergência de saúde pública permanece vago, e as intervenções sugeridas são escassas e genéricas. A principal recomendação encontrada nas reportagens consiste na orientação para que profissionais de saúde perguntem rotineiramente às pacientes sobre possíveis situações de violência. No entanto, essa medida, por si só, é insuficiente diante da complexidade do contexto.

Além disso, as ações de políticas públicas e sua cobertura tendem a rotular a violência contra as mulheres de forma ampla, evitando reconhecê-la como expressão direta das desigualdades étnicas e de gênero. Nossa pesquisa indica que também não está claramente definida a forma como a mídia digital – enquanto agente estratégico na difusão de informações – deve atuar em relação às suas obrigações e ao seu papel na promoção da saúde, em especial no que se refere à saúde das mulheres indígenas. Essa ausência de diretrizes mais assertivas contribui para a manutenção de um discurso impreciso e para a negligência institucional diante das violências que atravessam os corpos e territórios indígenas.

Seria desejável que, sobretudo em nome da democracia e do interesse público, os grandes veículos de comunicação revisitassem suas práticas editoriais e considerassem formas concretas de colaboração com os povos indígenas, suas associações e/ou organizações jornalísticas que detêm expertise e atuam diretamente nos territórios afetados. Romper com a lógica verticalizada da produção de sentido e reconhecer o conhecimento de quem está na linha de frente pode ser um passo fundamental para a construção de um jornalismo mais ético, plural e comprometido com a justiça social.

Contudo, observa-se que muitos veículos de imprensa priorizam temas que geram engajamento imediato, em detrimento de pautas de relevância estrutural. Mesmo no contexto local, há sinais de negligência em relação à cobertura da Amazônia, tratada muitas vezes como periferia informacional. Esse desinteresse contribui para a cobertura episódica e superficial de questões críticas, como a violência contra mulheres Yanomami.

Também concluímos que a formulação vaga sobre o reconhecimento da violência de gênero como problema de saúde pública, por sua vez, dificulta a implementação de diretrizes claras e de políticas eficazes no âmbito das instituições de saúde. Além disso, os interesses econômicos que regem parte significativa da imprensa comercial frequentemente se sobrepõem às necessidades de grupos historicamente marginalizados, como os povos indígenas. O resultado, como vimos, é uma cobertura limitada, que reforça silêncios e contribui para a continuidade das violações.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representações do contato entre os Yanomami. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, n. 89, p. 151–190, 1992. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1989/anuario89_brucealbert.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.
- ALBERT, Bruce. O massacre dos Yanomami de Haximu. In: RICARDO, Carlos Alberto (ed.). **Povos indígenas no Brasil: 1991/1995**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 203–207.
- ALVES, Rosental Calmon. Jornalismo digital: dez anos de web... e a revolução continua. **Comunicação e Sociedade**, n. 9-10, p. 93–102, 2006. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/90879/4/ComSoc_44_por.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, [S. l.], v. 15, n. 37, p. 121–127, 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistafamecos/article/view/4809>. Acesso em: 19 mai. 2025.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas**. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Missão Yanomami**: relatório. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/fevereiro/arquivos/RelatorioYanomami-versao_FINAL_07_02.pdf. Acesso em: 15 maio 2025.
- CONSTANTINO, Pedro de Araujo L.; BENCHIMOL, Maíra.; ANTUNES, André. P. Designing Indigenous lands in Amazonia: securing indigenous rights and wildlife conservation through hunting management. **Land Use Policy**, v. 77, p. 652–660, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.06.016>. Acesso em: 19 ma. 2025.
- CURI, Guilherme. O jornalismo brasileiro e a responsabilidade pela tragédia Yanomami. **IJNet Brasil**, 2023. Disponível em: <https://ijnnet.org/pt-br/story/o-jornalismo-brasileiro-e-responsabilidade-pela-tragédia-yanomami>. Acesso em: 19 mai. 2025.

FERREIRA, Ricardo A. Etnomídia e a interface com o politicamente correto. **Extraprensa**, v. 10, n. VI, p. 1–18, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77245/81110>. Acesso em: 19 mai. 2025.

HEKURARI YANOMAMI, Júnior. ‘Não compre ouro brasileiro’: entrevista com o líder indígena Júnior Hekurari Yanomami. **Mongabay Brasil**, 26 abr. 2023. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2023/04/nao-compre-ouro-brasileiro-entrevista-com-o-lider-indigena-junior-hekurari-yanomami/>. Acesso em: 19 mai. 2025.

MATURANA, Humberto; VARELA, Francisco. **El árbol del conocimiento**: las bases biológicas del entendimiento humano. 19. ed. Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2014.

NAWA, Tarisson. Minimanual para melhorar a cobertura de temas indígenas. **IJNet Brasil**, 9 out. 2023. Disponível em: <https://ijn.net.org/pt-br/story/minimanual-para-melhorar-cobertura-de-temas-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 19 mai. 2025

PATEO, Rogerio D. do. **Niyaou**: antagonismo e aliança entre os Yanomami da Serra das Surucucus (RR). 2005. Tese (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-06112006-235043/pt-br.php>. Acesso em: 19 mai. 2025.

RESTREPO G., Amparo. La mujer Yanomami. **Ethnia**, Medellín: Instituto Misionero de Antropología, n. 72, p. 4–60, 1993. Disponível em: <https://www.ling.fi/Entradas%20diccionario/Dic%3DYanomami.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025.

RIBEIRO, Darcy. Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos indígenas. **Sociologia**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 3–50, 1956. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/bsmtd/pdf/coimbra-8575410229.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025

SANTI, Vilso Junior.; ARAÚJO, Bryan. Chrystian da C. Representações do movimento dos povos indígenas na etnomídia roraimense. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, p. 123–137, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442022123pt>. Acesso em: 19 mai. 2025.

SATERÉ-MAWÉ, Ingrid. **Como cobrir temas indígenas**: minimanual. 2023. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/i4l00031.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2025

LE TOURNEAU, François-Michel; ALBERT, Bruce. Homoxi (1989–2004): o impacto ambiental das atividades garimpeiras na Terra Indígena Yanomami (Roraima). In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; MELO, Valdinar Ferreira (org.). **Roraima**: homem,

ambiente e ecologia. Boa Vista: FEMACT; INPA; UFRR, 2010. p. 155–170. Disponível em: https://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/divers17-07/010055519.pdf. Acesso em: 19 mai. 2025

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A floresta de cristal: notas sobre a ontologia dos espíritos amazônicos. **Cadernos de Campo**, n. 14/15, p. 319–338, 2006. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/eventos/viveiros-floresta>. Acesso em: 19 mai. 2025.

YEKUANA, Maurício. Entrevista com tribal activist Mauricio Yekuana. **The Conduit**, 2023. Disponível em: <https://www.theconduit.com/insights/peace-justice/an-interview-with-tribal-activist-mauricio-yekuana/>. Acesso em: 19 mai. 2025.